

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	16
--------------------------------	----

Comentário do Desempenho	17
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	67.822.120
Preferenciais	67.822.120
Total	135.644.240
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1.782.601
Total	1.782.601

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	09/08/2012	Ordinária		0,33000
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	09/08/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,33000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	12.901.714	10.499.984
1.01	Ativo Circulante	9.279.729	7.226.247
1.01.01	Disponibilidades	13.153	21.201
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.582.778	1.042.344
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	890.388	403.157
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	432.641	517.130
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	259.749	122.057
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.233.410	1.009.909
1.01.03.01	Carteira própria	650.351	775.165
1.01.03.03	Vinculados a prestação de garantias	460.672	140.568
1.01.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	122.387	94.176
1.01.04	Relações Interfinanceiras	206.991	106.550
1.01.04.01	Créditos vinculados - dep. Banco Central	42.405	52.965
1.01.04.02	Pagamentos e recebimentos a liquidar	363	0
1.01.04.03	Repasse interfinanceiros	164.223	53.585
1.01.06	Operações de Crédito	4.791.008	4.359.958
1.01.06.02	Setor privado	4.890.699	4.436.128
1.01.06.03	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-99.691	-76.170
1.01.08	Outros Créditos	1.413.825	667.789
1.01.08.01	Carteira de câmbio	1.070.647	500.266
1.01.08.02	Rendas a receber	6.264	7.731
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	99.508	23.092
1.01.08.04	Creditos por avais e fianças honrados	9.622	881
1.01.08.05	Diversos	254.795	149.136
1.01.08.06	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-27.011	-13.317
1.01.09	Outros Valores e Bens	38.564	18.496
1.01.09.01	Despesas antecipadas	1.396	1.136
1.01.09.02	Outros valores e bens	37.168	17.360
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.467.300	3.123.876
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	558.824	298.682
1.02.02.01	Carteira própria	345.040	181.330
1.02.02.02	Vinculados a prestação de garantias	40.953	18.517
1.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	172.831	98.835
1.02.05	Operações de Crédito	2.814.394	2.765.890
1.02.05.01	Setor público	0	940
1.02.05.02	Setor privado	2.857.370	2.802.902
1.02.05.03	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-42.976	-37.952
1.02.07	Outros Créditos	89.924	54.627
1.02.07.02	Rendas a receber	1.154	1.068
1.02.07.03	Negociação e intermediação de valores	2.508	93
1.02.07.04	Diversos	90.417	59.149
1.02.07.05	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-4.155	-5.683
1.02.08	Outros Valores e Bens	4.158	4.677
1.02.08.01	Despesas antecipadas	2.722	3.241
1.02.08.03	Investimentos temporários	1.436	1.436

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1.03	Ativo Permanente	154.685	149.861
1.03.01	Investimentos	134.328	129.696
1.03.01.02	Participações em Controladas	133.933	129.302
1.03.01.04	Outros Investimentos	395	394
1.03.02	Imobilizado de Uso	15.289	15.044
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	25.277	23.327
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-9.988	-8.283
1.03.04	Intangível	4.770	4.626
1.03.04.01	Ativos intangíveis	12.135	11.057
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	-7.365	-6.431
1.03.05	Diferido	298	495
1.03.05.01	Gastos de organização e expansão	4.389	4.390
1.03.05.02	Amortizações acumuladas	-4.091	-3.895

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	12.901.714	10.499.984
2.01	Passivo Circulante	8.354.923	6.546.252
2.01.01	Depósitos	3.242.655	2.859.640
2.01.01.01	Depósitos a vista	121.192	189.496
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros	974.798	675.247
2.01.01.03	Depósitos a prazo	2.146.665	1.994.897
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.216.964	861.220
2.01.03.02	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	1.216.964	861.220
2.01.04	Relações Interfinanceiras	631	0
2.01.05	Relações Interdependências	28.492	25.066
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	28.492	25.066
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.909.003	1.415.125
2.01.06.02	Empréstimos no exterior	1.909.003	1.415.125
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	1.135.290	912.364
2.01.07.01	BNDES	821.123	600.772
2.01.07.02	FINAME	298.038	267.027
2.01.07.03	Outras instituições	16.129	44.565
2.01.09	Outras Obrigações	821.888	472.837
2.01.09.01	Carteira de câmbio	411.312	64.368
2.01.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	91.372	89.319
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	66.140	28.820
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	149.819	219.327
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	36.228	715
2.01.09.06	Cobrança e arrecad. de trib. e assemelh.	910	3.140
2.01.09.07	Dívidas subordinadas	18.901	10.094
2.01.09.08	Diversas	47.206	57.054
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.961.161	2.432.280
2.02.01	Depósitos	435.494	456.386
2.02.01.01	Depósitos a prazo	246.988	212.623
2.02.01.02	Depósitos interfinanceiros	188.506	243.763
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	657.190	70.410
2.02.03.01	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	657.190	70.410
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	6.133	5.688
2.02.06.01	Empréstimos no exterior	6.133	5.688
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.143.808	1.269.129
2.02.07.01	BNDES	378.076	566.255
2.02.07.02	FINAME	765.732	701.224
2.02.07.03	Outras instituições	0	1.650
2.02.09	Outras Obrigações	718.536	630.667
2.02.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	7.904	3.887
2.02.09.02	Sociais e estatutárias	315	0
2.02.09.03	Fiscais e previdenciárias	40.123	25.192
2.02.09.04	Negociação e intermediação de valores	64	0
2.02.09.05	Dívidas subordinadas	668.552	600.170
2.02.09.06	Diversas	1.578	1.418

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	19.859	21.846
2.05	Patrimônio Líquido	1.565.771	1.499.606
2.05.01	Capital Social Realizado	1.004.400	1.004.400
2.05.01.01	De domiciliados no País	441.936	441.936
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	562.464	562.464
2.05.02	Reservas de Capital	671	671
2.05.04	Reservas de Lucro	498.209	494.213
2.05.04.01	Legal	68.978	63.382
2.05.04.02	Estatutária	441.828	441.828
2.05.04.02.01	Equalização de dividendos	386.828	386.828
2.05.04.02.02	Recompra de ações da própria cia	55.000	55.000
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-12.597	-10.997
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-12.597	-10.997
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	645	322
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	645	322
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	61.846	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	335.748	651.757	269.744	520.405
3.01.01	Operações de crédito	276.496	484.791	199.703	402.990
3.01.02	Resultado de ops. c/ tits e vlrs mob	69.870	138.520	57.060	102.598
3.01.03	Resultado c/ instr. financ. derivativos	22.547	47.557	-5.935	-8.339
3.01.04	Resultado de ops. de câmbio	-35.430	-22.494	18.916	23.156
3.01.05	Resultado de operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	2.265	3.383	0	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-285.891	-481.719	-135.801	-263.235
3.02.01	Operações de capt. no mercado	-201.001	-335.051	-99.405	-178.485
3.02.02	Operações de emprest. e repasses	-56.238	-94.288	-34.693	-70.724
3.02.03	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-28.061	-52.291	-1.703	-14.026
3.02.04	Rev prov p/ cred liq duvid-vc s/ ccl	-591	-89	0	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	49.857	170.038	133.943	257.170
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	16.913	-10.494	-25.576	-49.716
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	32.108	61.441	30.857	60.500
3.04.02	Despesas de Pessoal	-32.179	-63.196	-27.301	-53.355
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-19.665	-35.317	-16.910	-32.226
3.04.04	Despesas Tributárias	-8.226	-18.208	-10.373	-20.262
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	44.122	43.286	2.347	4.262
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.488	-3.138	-6.815	-13.611
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.241	4.638	2.619	4.976
3.05	Resultado Operacional	66.770	159.544	108.367	207.454
3.06	Resultado Não Operacional	-3.818	-4.740	-3.996	-4.380
3.06.02	Despesas	-3.818	-4.740	-3.996	-4.380
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	62.952	154.804	104.371	203.074
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	5.211	-19.740	-27.391	-51.798
3.08.01	Provisão para imposto de renda	-11.850	-34.702	-19.305	-36.454
3.08.02	Provisão p/ contribuição social	-7.164	-20.731	-11.853	-22.140

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.08.03	Ativo fiscal diferido	24.225	35.693	3.767	6.796
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-13.115	-23.140	-16.755	-34.371
3.10.01	Participações	-13.115	-23.140	-16.755	-34.371
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	55.048	111.924	60.225	116.905
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,41076	0,83517	0,44793	0,8695

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	55.048	111.924	60.224	116.905
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.260	323	-154	-244
4.03	Resultado Abrangente do Período	53.788	112.247	60.070	116.661

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.276.153	207.541
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	164.765	134.906
6.01.01.01	Lucro líquido	111.924	116.905
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	2.896	2.408
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-4.638	-4.976
6.01.01.04	Ajuste valor de mercado - TVM	323	-244
6.01.01.05	Provisão p/ desv. de bens não de uso	3.754	4.289
6.01.01.08	Resultado na alienação de bens não de uso	900	92
6.01.01.09	Resultado na alienação de imobilizado de uso e intangível	86	0
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52.380	14.026
6.01.01.11	Provisão para passivos contingentes	-2.860	2.406
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.440.918	72.635
6.01.02.01	Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.070	91.723
6.01.02.02	TVM e instrum. financeiros derivativos	-477.573	-103.272
6.01.02.03	Operações de créditos	-531.933	214.655
6.01.02.04	Outros créditos e valores e bens	-785.823	-209.614
6.01.02.05	Relações interfinanceiras-ativo/passivo	-99.810	6.836
6.01.02.06	Relações interdependências	3.426	13.539
6.01.02.07	Outras obrigações	433.712	59.714
6.01.02.08	Resultado de exercícios futuros	-1.987	-946
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22.884	-2.787
6.02.01	Alienação de bens não de uso próprio	1.893	385
6.02.04	Aquisição de bens não de uso próprio	-21.688	-196
6.02.06	Aquisição de imobil. de uso e intangível	-3.175	-3.028
6.02.08	Alienação de imobilizado de uso e intangível	86	52
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.850.493	240.377
6.03.01	Depósitos	362.123	-44.896
6.03.02	Captações no mercado aberto	0	185.003
6.03.03	Obrigações p/ empréstimos e repasses	591.928	144.584
6.03.04	Recursos de aceites e emissão títulos	942.524	-3.979
6.03.06	Ações em tesouraria	-1.600	0
6.03.07	Juros sobre o capital próprio	-44.482	-40.335
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	551.456	445.131
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	652.002	479.010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.203.458	924.141

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.004.400	671	0	494.213	0	322	1.499.606
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.004.400	671	0	494.213	0	322	1.499.606
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	111.924	0	111.924
5.05	Destinações	0	0	0	0	-44.482	0	-44.482
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-44.482	0	-44.482
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	5.596	-5.596	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	323	323
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	323	323
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-1.600	0	0	-1.600
5.13	Saldo Final	1.004.400	671	0	498.209	61.846	645	1.565.771

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.004.400	671	0	342.870	0	-23	1.347.918
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.004.400	671	0	342.870	0	-23	1.347.918
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	116.905	0	116.905
5.05	Destinações	0	0	0	0	-40.335	0	-40.335
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-40.335	0	-40.335
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	5.845	-5.845	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-244	-244
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-244	-244
5.13	Saldo Final	1.004.400	671	0	348.715	70.725	-267	1.424.244

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	704.104	571.141
7.01.01	Intermediação Financeira	651.757	520.405
7.01.02	Prestação de Serviços	61.441	60.500
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-52.380	-14.026
7.01.04	Outras	43.286	4.262
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-429.339	-249.209
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.955	-43.954
7.03.04	Outros	-35.955	-43.954
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-5.145	-4.225
7.03.04.02	Serviços do sistema financeiro	-6.449	-5.336
7.03.04.10	Serviços de terceiros	-2.446	-2.539
7.03.04.11	Serviços técnicos especializados	-3.402	-4.937
7.03.04.12	Despesas de viagens	-1.875	-1.577
7.03.04.13	Promoções e relações públicas	-1.411	-2.059
7.03.04.14	Outras despesas operacionais	-3.138	-13.611
7.03.04.15	Resultado não operacional	-4.740	-4.380
7.03.04.16	Outras despesas administrativas	-7.349	-5.290
7.04	Valor Adicionado Bruto	238.810	277.978
7.05	Retenções	-2.896	-2.408
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.896	-2.408
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	235.914	275.570
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.638	4.976
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.638	4.976
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	240.552	280.546
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	240.552	280.546
7.09.01	Pessoal	75.953	79.638
7.09.01.01	Remuneração Direta	39.057	35.265
7.09.01.02	Benefícios	9.316	6.753
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.188	2.730
7.09.01.04	Outros	24.392	34.890
7.09.01.04.01	Participações nos lucros	23.140	34.371
7.09.01.04.03	Treinamento	1.252	519
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	48.331	80.148
7.09.02.01	Federais	46.512	78.319
7.09.02.02	Estaduais	425	71
7.09.02.03	Municipais	1.394	1.758
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.344	3.855
7.09.03.01	Aluguéis	4.344	3.855
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	111.924	116.905
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	44.482	40.335
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	67.442	76.570

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	0	10.391.898
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	74.166
1.02	Aplicações Financeiras	0	2.348.589
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	2.348.589
1.02.01.01	Títulos para Negociação	0	92.715
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	1.153.309
1.02.01.04	Derivativos	0	108.978
1.02.01.05	Operações compromissadas	0	403.157
1.02.01.06	Depósitos em bancos privados	0	590.430
1.03	Empréstimos e Recebíveis	0	7.717.879
1.05	Outros Ativos	0	231.102
1.05.03	Outros	0	231.102
1.05.03.01	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	0	84.033
1.05.03.02	Outros ativos	0	147.069
1.07	Imobilizado	0	20.162

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	0	10.391.898
2.06.02	Tributário	0	161.476
2.06.03	Outros	0	112.573
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	0	93.208
2.01.01	Derivativos	0	93.208
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	0	585.659
2.02.01	Dívida subordinada	0	585.659
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	7.899.366
2.03.01	Valor a pagar a bancos	0	3.593.555
2.03.02	Clientes	0	4.281.206
2.03.03	Dívida subordinada	0	24.605
2.06	Outros Passivos	0	274.049
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	0	1.539.616
2.08.01	Capital Social Realizado	0	1.004.400
2.08.02	Reservas de Capital	0	-10.326
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	0	-10.997
2.08.02.06	Reserva de capital	0	671
2.08.04	Reservas de Lucros	0	543.069
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	0	2.473

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.004.400	0	349.728	0	0	0	0	1.347.918
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.004.400	0	349.728	0	0	0	0	1.347.918
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	-20.168
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	56.590
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	0	0	56.680
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	0	-90
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	-90
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.004.400	0	349.728	0	0	0	0	1.384.340

Comentário do Desempenho

BANCO ABC BRASIL S.A.

Desempenho no Segundo Trimestre de 2012

Submetemos à apreciação de V.S.as as Informações Financeiras individuais e consolidadas do trimestre encerrado em 30 de Junho de 2012 do Banco ABC BRASIL S.A.

Banco ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte. Possui uma das mais diversificadas carteiras de clientes entre os bancos médios, que abrange empresas de médio a grande porte. Conta com um amplo portfólio de produtos, ágil processo decisório e profunda expertise na análise de crédito, o que lhe possibilita auferir resultados consistentes com índices de perda notadamente baixos. É um dos únicos bancos brasileiros de porte médio a contar com controle internacional e autonomia local.

Desde o início de suas atividades, em 1989, o Banco ABC Brasil S.A. construiu uma base de clientes sólida, oferecendo a eles produtos financeiros de maior valor agregado e adaptados às suas necessidades específicas. Dessa maneira, o banco está apto a concorrer, com vantagens expressivas, no nicho de mercado em que atua.

O suporte operacional e financeiro do acionista controlador, Arab Banking Corporation, em conjunto com o conhecimento do mercado brasileiro garante ao Banco ABC Brasil S.A. a mais alta classificação de risco entre os bancos médios de capital aberto conferida pela **Standard & Poor's Ratings Services**, equivalente a "brAA+" em **escala nacional** e "BBB-" em **escala global**, pela **Moody's Investors Services**, equivalente a "Aa1.br" em **escala nacional** e "Baa3" em **escala global**, e pela **Fitch Ratings**, equivalente a "AA-" na **escala nacional** e "BB+" em **escala global**.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABCB4) está listado no **Nível 2 de Governança Corporativa** da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

Estrutura Acionária

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. em 30 de junho de 2012 era a seguinte: Arab Banking Corporation (57,3%); Mercado (33,5%); Administradores e Conselheiros (7,9%) e Tesouraria (1,3%).

Comentário do Desempenho

Rentabilidade dos Negócios

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 55,1 milhões no segundo trimestre de 2012 (R\$ 56,9 milhões no 1T12 e R\$ 60,2 milhões no 2T11), representando uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio médio de 14,2% no período (15,0% no 1T12 e 17,2% no 2T11). A variação do lucro líquido do banco em relação ao trimestre anterior decorreu principalmente da linha de despesas com provisão para devedores duvidosos.

Foi destinado aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto total de R\$ 44,2 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 0,33 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao primeiro semestre de 2012.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 14.402,1 milhões no final do segundo trimestre de 2012 (R\$ 13.357,2 milhões ao final do 1T12 e R\$ 12.234,8 milhões ao final do 2T11). Ao final do trimestre, a carteira de crédito apresentou um índice de créditos classificados de AA-C em relação à carteira total de créditos de 97,5% (sendo 97,3% ao final do 1T12 e 98,1% ao final do 2T11). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 2,0% do total da carteira ao final do segundo trimestre de 2012 (2,0% ao final do 1T12 e 1,7% ao final do 2T11).

CVM 381/03

Em atendimento a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo Auditor Independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Comentário do Desempenho

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

O Banco ABC BRASIL S.A. não possui em suas demonstrações financeiras (individual e consolidado) títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme conceitos definidos na Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Gestão de risco

1) Risco corporativo:

O Banco ABC Brasil entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, mantém estruturas específicas visando atender às Resoluções nºs 3.380, 3.464 e 3.721 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades de gestão de risco operacional, mercado e crédito, respectivamente.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito e na Auditoria.

A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, além de colégios internos, como Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada, outros comitês operacionais como o Comitê de Crédito e Comitê Financeiro.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

Comentário do Desempenho

2) Risco operacional

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da Área Jurídica.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna. Esta última monitora as áreas de negócios ou de suporte, bem como aquelas de controle e gestão de risco.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

3) Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida, utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros.

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos entre entradas e saídas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria, e a membros do Comitê Financeiro, além de elaborar relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado e na criação de novos produtos ou atividades.

4) Risco de crédito

O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por criar duas estruturas independentes para a análise e concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é de responsabilidade dos Comitês de Crédito para os clientes em geral e do Comitê Financeiro para os do setor financeiro, até os limites

Comentário do Desempenho

4) Risco de crédito

de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração.

A gestão é atributo das Áreas de Crédito – Corporate e Middle-Market – no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte das Áreas Operacionais para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e que as garantias estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco de Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

5) Gestão de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital com base no plano anual de negócios do Banco abrange as áreas envolvidas na elaboração do plano e processo orçamentário (áreas comerciais, financeiras, administrativas e de controles) até a alta administração envolvida na análise e aprovação final do plano e no acompanhamento periódico de sua evolução.

A gestão de capital é coordenada pela área de Planejamento e Controle Financeiro, responsável pelo plano anual de negócios, orçamento da instituição e acompanhamento da evolução dos negócios em relação ao resultado apurado em conjunto com a Controladoria. Cabe a área de Controle e Gestão de Riscos a avaliação e acompanhamento dos riscos identificados por meio de projeções e dados da carteira da instituição.

6) Risco de conformidade

É de responsabilidade da Área de Compliance verificar o cumprimento das normas internas e das exigências dos legisladores e reguladores, além de garantir o bom funcionamento do sistema de controles internos. Adicionalmente, avalia e monitora a exposição do banco às práticas de lavagem de dinheiro, apoiando as Áreas de Negócios, que devem documentar e comprovar o conhecimento que têm sobre os clientes.

São Paulo, 30 de julho de 2012.

A administração

Notas Explicativas

Baseado na Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.853/10 e Carta-Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil, o Banco ABC Brasil S.A optou por elaborar suas demonstrações contábeis consolidadas trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas, uma vez que estes são aplicáveis, somente, quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o balanço patrimonial consolidado e as respectivas demonstrações do resultado consolidado, bem como suas notas explicativas, os fluxos de caixa consolidado, a demonstração do valor adicionado consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

Notas Explicativas

Banco ABC Brasil S.A.

Balanços patrimoniais consolidados
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2012	31/12/2011
Ativo			
Circulante		9.360.830	7.291.202
Disponibilidades		13.153	21.201
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.582.778	1.042.344
Aplicações no mercado aberto		890.388	403.157
Aplicações em depósitos interfinanceiros		432.641	517.130
Aplicações em moedas estrangeiras		259.749	122.057
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	1.305.676	1.065.193
Carteira própria		722.617	830.449
Vinculados a prestação de garantias		460.672	140.568
Instrumentos financeiros derivativos		122.387	94.176
Relações interfinanceiras	6	206.991	106.550
Pagamentos e recebimentos a liquidar		363	-
Repasse interfinanceiros		164.223	53.585
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		42.405	52.965
Operações de crédito		4.791.008	4.359.958
Operações de crédito - setor privado	7	4.890.699	4.436.128
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(99.691)	(76.170)
Outros créditos		1.422.660	677.460
Créditos por avais e fianças honrados		9.622	881
Carteira de câmbio	9.a	1.070.647	500.266
Rendas a receber		6.264	7.731
Negociação e intermediação de valores	9.b	99.508	23.092
Diversos	9.c	263.630	158.807
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(27.011)	(13.317)
Outros valores e bens		38.564	18.496
Outros valores e bens		37.168	17.360
Despesas antecipadas		1.396	1.136
Realizável a longo prazo		3.528.175	3.199.036
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	619.667	373.842
Carteira própria		405.883	256.490
Vinculados a prestação de garantias		40.953	18.517
Instrumentos financeiros derivativos		172.831	98.835
Operações de crédito		2.814.394	2.765.890
Operações de crédito - setor público	7	-	940
Operações de crédito - setor privado	7	2.857.370	2.802.902
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(42.976)	(37.952)
Outros créditos		89.956	54.627
Rendas a receber		1.154	1.068
Negociação e intermediação de valores	9.b	2.508	93
Diversos	9.c	90.449	59.149
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(4.155)	(5.683)
Outros valores e bens		4.158	4.677
Investimentos temporários		1.436	1.436
Despesas antecipadas		2.722	3.241
Permanente		20.769	20.577
Investimentos		412	412
Outros investimentos		412	412
Imobilizado de uso	11	15.289	15.044
Outras imobilizações de uso		25.277	23.327
Depreciações acumuladas		(9.988)	(8.283)
Diferido	11	298	495
Gastos de organização e expansão		4.389	4.390
Amortizações acumuladas		(4.091)	(3.895)
Intangível	11	4.770	4.626
Ativos intangíveis		12.135	11.057
Amortizações acumuladas		(7.365)	(6.431)
Total do Ativo		12.909.774	10.510.815

Notas Explicativas

Banco ABC Brasil S.A.

Balanços patrimoniais consolidados
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2012	31/12/2011
Passivo			
Circulante		8.362.983	6.557.083
Depósitos	12	3.242.461	2.859.373
Depósitos à vista		120.998	189.229
Depósitos interfinanceiros		974.798	675.247
Depósitos a prazo		2.146.665	1.994.897
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	1.216.964	861.220
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares		1.216.964	861.220
Relações interfinanceiras		631	-
Recebimentos e pagamentos a liquidar		631	-
Relações interdependências		28.492	25.066
Recursos em trânsito de terceiros		28.492	25.066
Obrigações por empréstimos	14	1.909.003	1.415.125
Empréstimos no exterior		1.909.003	1.415.125
Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais	14	1.135.290	912.364
BNDES		821.123	600.772
FINAME		298.038	267.027
Outras instituições		16.129	44.565
Instrumentos financeiros derivativos	5	91.372	89.319
Instrumentos financeiros derivativos		91.372	89.319
Outras obrigações		738.770	394.616
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		910	3.140
Carteira de câmbio	15.a	411.312	64.368
Sociais e estatutárias		66.140	28.820
Fiscais e previdenciárias	15.b	158.047	230.393
Negociação e intermediação de valores		36.228	715
Dívidas subordinadas	15.c	18.901	10.094
Diversas	15.d	47.232	57.086
Exigível a longo prazo		2.961.161	2.432.280
Depósitos	12	435.494	456.386
Depósitos interfinanceiros		188.506	243.763
Depósitos a prazo		246.988	212.623
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	657.190	70.410
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares		657.190	70.410
Obrigações por empréstimos	14	6.133	5.688
Empréstimos no exterior		6.133	5.688
Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais	14	1.143.808	1.269.129
BNDES		378.076	566.255
FINAME		765.732	701.224
Outras Instituições		-	1.650
Instrumentos financeiros derivativos	5	7.904	3.887
Instrumentos financeiros derivativos		7.904	3.887
Outras obrigações		710.632	626.780
Sociais e estatutárias		315	-
Fiscais e previdenciárias	15.b	40.123	25.192
Negociação e intermediação de valores		64	-
Dívidas subordinadas	15.c	668.552	600.170
Diversas	15.d	1.578	1.418
Resultado de exercícios futuros		19.859	21.846
Receitas de exercícios futuros		19.859	21.846
Patrimônio líquido	25	1.565.771	1.499.606
Capital social:		1.004.400	1.004.400
De domiciliados no País		441.936	441.936
De domiciliados no exterior		562.464	562.464
Reserva de capital		671	671
Reserva de lucros		510.806	505.210
Ajustes de avaliação patrimonial		645	322
Ações em tesouraria		(12.597)	(10.997)
Lucros acumulados		61.846	-
Total do passivo		12.909.774	10.510.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Banco ABC Brasil S.A.**

Demonstrações do resultado consolidado
Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011.
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		Trimestre Atual 01/04/2012 a 30/06/2012	Acumulado do atual exercício 01/01/2012 a 30/06/2012	Igual trimestre do exercício anterior 01/04/2011 a 30/06/2011	Acumulado do exercício anterior 01/01/2011 a 30/06/2011
Receitas da intermediação financeira	Notas	339.313	659.259	274.062	528.704
Operações de crédito		276.496	484.791	199.703	402.990
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		73.435	146.022	61.378	110.897
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.b	22.547	47.557	(5.935)	(8.339)
Resultado de operações de câmbio		(35.430)	(22.494)	18.916	23.156
Resultado de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		2.265	3.383	-	-
Despesas da intermediação financeira		(285.891)	(481.719)	(135.869)	(263.359)
Operações de captação no mercado		(201.001)	(335.051)	(99.045)	(178.485)
Operações de empréstimos e repasses		(56.238)	(94.288)	(37.761)	(70.848)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(28.061)	(52.291)	(1.703)	(14.026)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Variação cambial s/ câmbio		(591)	(89)	-	-
Resultado bruto da intermediação financeira		53.422	177.540	138.193	265.345
Outras receitas (despesas) operacionais		14.626	(15.338)	(28.307)	(55.022)
Receitas de prestação de serviços	16	32.108	61.441	30.857	60.500
Despesas de pessoal		(32.223)	(63.313)	(27.360)	(53.515)
Outras despesas administrativas	17	(19.624)	(35.300)	(16.936)	(32.293)
Despesas tributárias		(8.332)	(18.433)	(10.500)	(20.519)
Outras receitas operacionais	18	44.185	43.405	2.446	4.435
Outras despesas operacionais	19	(1.488)	(3.138)	(6.814)	(13.610)
Resultado operacional		68.048	162.202	109.886	210.343
Resultado não operacional		(3.818)	(4.740)	(3.996)	(4.380)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		64.230	157.462	105.890	205.963
Imposto de renda e contribuição social	20	3.933	(22.398)	(28.911)	(54.687)
Provisão para imposto de renda		(12.715)	(36.499)	(20.327)	(38.370)
Provisão para contribuição social		(7.577)	(21.592)	(12.351)	(23.079)
Ativo fiscal diferido		24.225	35.693	3.767	6.762
Participações nos lucros		(13.115)	(23.140)	(16.755)	(34.371)
Lucro líquido do trimestre		55.048	111.924	60.224	116.905
Lucro líquido por ação em circulação – em R\$ - 133.861.639 ações (134.451.439 em 2011)		0,41076	0,83517	0,44793	0,86950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Banco ABC Brasil S.A.**

Demonstrações do resultado abrangente consolidado

Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011.

(Em milhares de reais)

	Trimestre Atual 01/04/2012 a 30/06/2012	Igual trimestre do exercício anterior 01/01/2012 a 30/06/2012	Trimestre Atual 01/04/2011 a 30/06/2011	Igual trimestre do exercício anterior 01/01/2011 a 30/06/2011
Lucro líquido do período	55.048	111.924	60.224	116.905
Outros resultados abrangentes	(1.260)	323	(154)	(244)
Resultado abrangente do período	53.788	112.247	60.070	116.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011.
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Equalização de dividendos	Recompra de ações				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.004.400	671	51.580	228.148	70.000	(23)	-	(6.858)	1.347.918
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	-	-	-	-	-	(244)	-	-	(244)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	116.905	-	116.905
Juros sobre o capital próprio provisionados	-	-	-	-	-	-	(40.335)	-	(40.335)
Destinação – Reserva legal	-	-	5.845	-	-	-	(5.845)	-	(5.845)
Destinação de reservas	-	-	-	15.000	(15.000)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2011	1.004.400	671	57.425	243.148	55.000	(267)	70.725	(6.858)	1.424.244
Saldos em 31 de dezembro 2011	1.004.400	671	63.382	386.828	55.000	322	-	(10.997)	1.499.606
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	-	-	-	-	-	323	-	-	323
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(1.600)	(1.600)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	111.924	-	111.924
Juros sobre o capital próprio provisionados	-	-	-	-	-	-	(44.482)	-	(44.482)
Destinação – Reserva legal	-	-	5.596	-	-	-	(5.596)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2012	1.004.400	671	68.978	386.828	55.000	645	61.846	(12.597)	1.565.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Banco ABC Brasil S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidado– método indireto

Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011.

(Em milhares de reais)

	Acumulado do atual exercício 01/01/2012 a 30/06/2012	Acumulado do exercício anterior 01/01/2011 a 30/06/2011
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do trimestre	169.403	139.835
Lucro líquido do trimestre	111.924	116.905
Ajuste ao lucro líquido:	57.479	22.930
Depreciações e amortizações	2.896	2.453
Resultado na alienação de bens não de uso	900	-
Resultado na alienação de imobilizado de uso e intangível	86	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso	3.754	4.289
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52.380	14.026
Provisão para passivos contingentes	(2.860)	2.406
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	323	(244)
Variação de ativos e passivos	(1.445.629)	67.722
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	19.070	91.723
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)	(480.238)	(107.618)
(Aumento) redução em operações de créditos	(531.934)	214.655
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(785.023)	(210.405)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras (ativos/passivos)	(99.810)	6.836
Redução em relações interdependências	3.426	13.539
Redução (aumento) em outras obrigações	430.866	59.938
Aumento em resultados de exercícios futuros	(1.987)	(946)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.276.226)	207.557
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(3.175)	(3.028)
Aquisição de bens não de uso próprio	(21.688)	(196)
Alienação de imobilizado de uso e intangível	86	52
Alienação de bens não de uso próprio	1.893	385
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(22.884)	(2.787)
Atividades de financiamento		
Aumento em depósitos	362.196	(44.912)
Aumento em captações no mercado aberto	-	185.003
(Redução) aumento em obrigações por empréstimos e repasses	591.928	144.584
(Redução) aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	942.524	(3.979)
Ações em tesouraria	(1.600)	-
Juros sobre o capital próprio provisionados	(44.482)	(40.335)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	1.850.566	240.361
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	551.456	445.131
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do trimestre	652.002	479.010
No final do trimestre	1.203.458	924.141
	551.456	445.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Banco ABC Brasil S.A.**

Demonstrações do valor adicionado consolidado
Trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011.
(Em milhares de reais)

		Acumulado do atual exercício 01/01/2012 a 30/06/2012	Acumulado do exercício anterior 01/01/2011 a 30/06/2011
Apuração do valor adicionado	Notas		
Receitas		711.726	579.613
Receitas da intermediação financeira		659.260	528.704
Receitas de prestação de serviços	16	61.441	60.500
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(52.380)	(14.026)
Outras receitas operacionais	18	43.405	4.435
Despesas de intermediação financeira		(429.339)	(249.333)
Insumos adquiridos de terceiros		(35.940)	(43.975)
Processamento de Dados e Comunicações	17	(5.176)	(4.252)
Serviços de terceiros	17	(2.296)	(2.419)
Serviços do sistema financeiro	17	(6.455)	(5.342)
Serviços técnicos especializados	17	(3.425)	(4.962)
Despesas de viagem	17	(1.875)	(1.577)
Promoções e relações públicas	17	(1.411)	(2.059)
Outras despesas operacionais	19	(3.138)	(13.610)
Resultado não operacional		(4.740)	(4.380)
Outras despesas administrativas	17	(7.424)	(5.374)
Retenções		(2.896)	(2.453)
Depreciação e amortização	17	(2.896)	(2.453)
Valor adicionado líquido produzido		243.551	283.852
Valor adicionado total a distribuir		243.551	283.852
Distribuição do valor adicionado		243.551	283.852
Pessoal		76.052	79.770
Remuneração direta		39.133	35.378
Benefícios		9.334	6.767
Encargos Sociais – FGTS		3.193	2.735
Treinamento		1.252	519
Participações nos lucros		23.140	34.371
Impostos, Taxas e Contribuições		51.231	83.322
Federais		49.409	81.490
Estaduais		425	72
Municipais		1.397	1.760
Remuneração de capitais de terceiros		4.344	3.855
Aluguéis	17	4.344	3.855
Remuneração dos acionistas		111.924	116.905
Juros sobre o capital próprio provisionados		44.482	40.335
Lucros retidos		67.442	76.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman (nota 22).

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis

I Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC BRASIL S.A. e das empresas controladas ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 30 de junho de 2012, corresponde a aproximadamente 100%.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

Resolução n.º 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
Resolução n.º 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa;
Resolução n.º 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
Resolução n.º 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
Resolução n.º 3.973/11 – Evento Subsequente;
Resolução n.º 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações; e
Resolução n.º 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

II Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) *Crítérios de avaliação dos ativos*

As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício.

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização.

Instrumentos financeiros derivativos: são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

a) *Crêterios de avaliação dos ativos*--Continuação

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos;

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício;

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa;

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa;

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

a) *Crítérios de avaliação dos ativos*--Continuação

O ativo diferido é demonstrado pelo valor do capital aplicado, deduzido dos saldos de amortizações acumuladas calculadas pelo método linear.

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) *Crítérios de avaliação dos passivos*

As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

d) *Hedge Accounting*

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior através de Instrumentos de Dívida Subordinada de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total (Hedge de Valor Justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

d) *Hedge Accounting*--Continuação

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. A variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os Instrumentos Financeiros Derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco.

O valor justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados na nota 5.b e 15.c respectivamente.

Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (nota 5.b).

e) *Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo*

Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

f) *Apuração das receitas e despesas*

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

g) *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis--Continuação

II Principais práticas contábeis--Continuação

h) *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)*

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

i) *Imposto de Renda e Contribuição Social*

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e despesas temporariamente indedutíveis, foram computados utilizando as alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro acima mencionadas.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (nota 20).

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e consolidado	
	Junho 2012	Junho 2011
Disponibilidades	13.153	15.306
Aplicações financeiras de liquidez	1.190.305	908.835
. Aplicações em moedas estrangeiras	259.749	198.414
. Outras operações com vencimentos até 90 dias	930.556	740.421
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.203.458	924.141

Notas Explicativas

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais e aplicações em moedas estrangeiras têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até maio de 2013.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, é demonstrada como segue:

	Junho 2012				Dezembro 2011	
	Banco		Consolidado		Banco	Consolidado
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Mercado	Mercado
<u>Títulos para negociação</u>						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	24.159	24.159
Eurobônus	32.336	32.793	32.336	32.793	21.001	21.001
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	21.276	21.383	21.276	21.383	-	-
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	50.674	54.918	50.674	54.918	47.489	47.489
Ações de Cias. abertas	1.746	1.737	1.746	1.737	66	66
Ações de Cias. abertas	20.545	20.542	20.545	20.542	-	-
Subtotal - Títulos para negociação	126.577	131.373	126.577	131.373	92.715	92.715
<u>Títulos disponíveis para venda</u>						
Letras Financeiras do Tesouro	722.717	723.108	738.403	738.804	666.653	710.172
Eurobônus	9.692	9.732	9.692	9.732	8.595	8.595
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	40.587	40.613	40.587	40.613	38.402	38.402
Certificado de Depósitos Bancários	25.733	25.841	143.146	143.254	24.577	111.502
Debêntures	387.111	386.708	387.111	386.708	209.696	209.696
Nota Promissória	10.602	10.631	10.602	10.631	74.942	74.942
Cédula de Produtor Rural	75.221	75.561	75.221	75.561	-	-
Títulos Públicos emitidos em outros países	92.916	93.449	92.916	93.449	-	-
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	1.364.579	1.365.643	1.497.678	1.498.752	1.022.865	1.153.309
Total	1.491.156	1.497.016	1.624.255	1.630.125	1.115.580	1.246.024

Em 30 de junho de 2012, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam ganho líquido de R\$ 1.074 (R\$ 537 de ganho líquido em 31 de dezembro de 2011), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 645 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2011).

A composição da carteira em 30 de junho de 2012, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Títulos e valores mobiliários--Continuação

	Banco					
	Junho de 2012					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Total						
Títulos para negociação						
Eurobônus	-	-	6.205	-	-	26.588
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	10.929	10.454	-
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	-	-	-	-	-	54.918
Ações de Cias. abertas	1.737	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	20.542	-
Subtotal - Títulos para negociação	1.737	-	6.205	10.929	30.996	81.506
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	-	118.235	-	51.746	553.127	-
Eurobônus	-	-	-	7.214	-	2.518
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	22.304	-	18.309
Certificado de Depósitos Bancários	6.397	-	-	19.444	-	-
Debêntures	16.628	-	21.526	6.032	216.608	125.914
Nota Promissória	-	-	10.631	-	-	-
Cédula de Produtor Rural	4.688	9.535	20.384	-	30.655	10.299
Títulos Públicos emitidos em outros países	-	-	93.449	-	-	-
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	27.713	127.770	145.990	106.740	800.390	157.040
Total - Junho de 2012	29.450	127.770	152.195	117.669	831.386	238.546
Total - Dezembro de 2011	66	29.285	65.766	152.165	777.156	91.142
	Consolidado					
	Junho de 2012					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Total						
Títulos para negociação						
Eurobônus	-	-	6.205	-	-	26.588
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	10.929	10.454	-
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	-	-	-	-	-	54.918
Ações de Cias. abertas	1.737	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	20.542	-
Subtotal - Títulos para negociação	1.737	-	6.205	10.929	30.996	81.506
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	-	118.235	-	52.566	568.003	-
Eurobônus	-	-	-	7.214	-	2.518
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	22.304	-	18.309
Certificado de Depósitos Bancários	7.946	1.574	3.122	69.769	58.085	2.758
Debêntures	16.628	-	21.526	6.032	216.608	125.914
Nota Promissória	-	-	10.631	-	-	-
Cédula de Produtor Rural	4.688	9.535	20.384	-	30.655	10.299
Títulos Públicos emitidos em outros países	-	-	93.449	-	-	-
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	29.262	129.344	149.112	157.885	873.351	159.798
Total - Junho de 2012	30.999	129.344	155.317	168.814	904.347	241.304
Total - Dezembro de 2011	1.525	31.606	68.707	176.800	856.484	110.902

O Banco possui "Títulos vinculados à garantias" de suas operações que são demonstradas a seguir :

Tipo de operação	Título vinculado	2012 Valor de mercado	2011 Valor de mercado
Captação de empréstimos	LFT	110.154	-
Derivativos - BMF e CBLC	LFT / NTN	288.423	132.832
Câmbio - BMF	LFT	27.488	26.253
Captações em Letras de crédito do agronegócio	Cédula do Produtor Rural	75.560	-
	Total	501.625	159.085

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta administração.

A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica para períodos de um dia e nível de confiança de 99%.

Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração.

As operações são custodiadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA ou na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP e na Bolsa de Valores de Chicago.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros: cotações em Bolsas;
- Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos;
- *Swaps*: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA;
- Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBOVESPA ou bolsas de referência.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Banco e consolidado					
	Junho 2012				Dezembro 2011	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Contratos de futuros	3.519.760	-	-	-	2.070.352	-
Compromisso de compra	1.053.530	-	-	-	659.141	-
Mercado interfinanceiro	145.613	-	-	-	296.098	-
Moeda estrangeira	907.917	-	-	-	362.498	-
Outros	-	-	-	-	545	-
Compromisso de venda	2.466.230	-	-	-	1.411.211	-
Mercado interfinanceiro	694.002	-	-	-	553.925	-
Moeda estrangeira	1.706.162	-	-	-	857.286	-
Outros	66.066	-	-	-	-	-
Posição ativa	2.989.234	143.270	(5.486)	137.784	1.686.751	108.978
Contratos de "Swap"	630.938	28.471	7.074	35.545	521.635	19.551
Mercado interfinanceiro	261.568	2.613	4.360	6.973	324.656	8.825
Moeda estrangeira	259.000	20.087	1.469	21.556	73.587	4.347
Prefixado	50.713	1.080	1.673	2.753	78.031	3.674
Outros	59.657	4.691	(428)	4.263	45.361	2.705
Contratos de opções	1.782.447	1.223	(322)	901	581.128	455
Compromisso de compra	1.779.120	1.158	(263)	895	10.000	440
Ações	11.718	366	(79)	287	-	-
Ativos financeiros	1.767.402	792	(184)	608	10.000	440
Compromisso de venda	3.327	65	(59)	6	571.128	15
Ativos financeiros	3.327	65	(59)	6	571.128	15
Outros instrumentos financeiros	575.849	113.576	(12.238)	101.338	583.988	88.972
Compra e venda de moeda a termo (NDF)	509.252	44.101	(12.752)	31.349	531.921	21.082
Operações a termo	-	-	-	-	52.067	67.890
Outros	66.597	69.475	514	69.989	-	-

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

	Banco e consolidado					
	Junho 2012				Dezembro 2011	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Posição passiva	2.476.697	(100.647)	1.371	(99.276)	561.126	(93.206)
Contratos de "Swap"	185.882	(6.169)	(147)	(6.316)	127.574	(4.603)
Mercado interfinanceiro	126.282	(5.471)	(720)	(6.191)	108.894	(4.252)
Moeda estrangeira	40.117	(149)	114	(35)	108	-
Prefixado	15.735	(492)	402	(90)	12.952	(22)
Outros	3.748	(57)	57	-	5.620	(329)
Contratos de opções	1.772.864	(626)	31	(595)	21.580	(973)
Compromisso de compra	1.769.537	(550)	(39)	(589)	10.000	(440)
Ativos financeiros	1.769.537	(550)	(39)	(589)	10.000	(440)
Compromisso de venda	3.327	(76)	70	(6)	11.580	(533)
Ativos financeiros	3.327	(76)	70	(6)	11.580	(533)
Outros instrumentos financeiros	517.951	(93.852)	1.487	(92.365)	411.972	(87.630)
Compra e venda de moeda a termo (NDF)	397.069	(21.529)	2.973	(18.556)	310.316	(14.683)
Operações a termo	-	-	-	-	101.656	(72.947)
Outros	120.882	(72.323)	(1.486)	(73.809)	-	-

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Derivativos usados como "hedge" de valor justo	Valor referencial dos contratos	Banco e consolidado		
		Junho 2012		
		Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "Swap"	647.456	98.778	157.434	58.656
Moeda estrangeira – Dólar	647.456	98.778	157.434	58.656
Objeto de "Hedge"				
Dívida Subordinada (nota 15.c)	614.614	(614.614)	(673.270)	(58.656)
Moeda estrangeira – Dólar	614.614	(614.614)	(673.270)	(58.656)

Derivativos usados como "hedge" de valor justo	Valor referencial dos contratos	Banco e consolidado		
		Dezembro 2011		
		Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "Swap"	647.456	56.215	84.033	27.818
Moeda estrangeira – Dólar	647.456	56.215	84.033	27.818
Objeto de "Hedge"				
Dívida Subordinada (nota 15.c)	570.213	(570.213)	(598.031)	(27.818)
Moeda estrangeira – Dólar	570.213	(570.213)	(598.031)	(27.818)

Visando mitigar os riscos da operação de captação da dívida subordinada, a administração decidiu designar os instrumentos financeiros acima demonstrados para proteção cambial do valor do principal bem como do valor dos juros contratuais.

Considerando que o fluxo financeiro (Principal e Juros) do item objeto de Hedge (Dívida Subordinada) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (Swaps) designados é idêntico, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, têm a seguinte composição:

	Banco e consolidado						Dezembro 2011	
	Junho 2012							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Compensação								
Contratos de futuros	1.820.167	916.088	211.210	223.828	261.319	87.148	3.519.760	2.070.352
Contratos de "Swap"	97.373	64.748	128.645	188.333	270.643	714.534	1.464.276	1.296.665
Contratos de opção	604.928	10.871	4.512	2.935.000	-	-	3.555.311	602.708
Outros instrumentos financeiros	221.124	405.617	266.088	143.428	57.543	-	1.093.800	995.960
Total – Junho de 2012	2.743.592	1.397.324	610.455	3.490.589	589.505	801.682	9.633.147	
Total – Dezembro de 2011	828.236	968.664	633.585	524.438	788.392	1.222.370	-	4.965.685
- Posição ativa								
Contratos de "Swap"	4.139	745	4.334	13.174	11.131	159.456	192.979	103.584
Contratos de opção	511	279	106	5	-	-	901	455
Outros instrumentos financeiros	26.380	58.727	9.438	4.549	2.244	-	101.338	88.972
Total – Junho de 2012	31.030	59.751	13.878	17.728	13.375	159.456	295.218	-
Total – Dezembro de 2011	39.066	39.340	5.324	10.446	11.206	87.629	-	193.011
- Posição passiva								
Contratos de "Swap"	(1.293)	(276)	(1.361)	(338)	(1.748)	(1.300)	(6.316)	(4.603)
Contratos de opção	(245)	(242)	(106)	(2)	-	-	(595)	(973)
Outros instrumentos financeiros	(18.852)	(53.472)	(9.610)	(5.575)	(4.147)	(709)	(92.365)	(87.630)
Total – Junho de 2012	(20.390)	(53.990)	(11.077)	(5.915)	(5.895)	(2.009)	(99.276)	-
Total – Dezembro de 2011	(43.199)	(37.239)	(5.838)	(3.252)	(2.968)	(710)	-	(93.206)

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostos:

	2012			2011
	Banco e consolidado			Banco e consolidado
	Receita	Despesa	Líquido	Líquido
Swaps	160.877	(65.976)	94.901	(29.932)
Futuros	275.446	(346.150)	(70.704)	18.444
Opções	1.158	(1.153)	5	11.000
Compra /venda de moeda a termo (NDF)	54.272	(55.927)	(1.655)	(5.447)
Total	491.753	(469.206)	22.547	(5.935)

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros

Em atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 475/08, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

	Exposição		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
i) Taxa de Juros			
Exposição líquida de Juros Pré - fixados (Pjur1)	1.869	2.974	3.782
Exposição líquida de Cupons de moeda (Pjur2)	12.413	13.049	13.657
Total da exposição a taxas de Juros (Nota 26)	14.282	16.023	17.439
ii) Taxas de Câmbio			
Total da exposição comprada a taxas de Câmbio	888	2.221	4.442

i) *Taxas de juros:*

Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de "Negociação" (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.464/07 e Circular nº 3.354/07, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras.

Visando atender as disposições da Instrução CVM nº 475/08, quanto à análise de sensibilidade, foi tomada como base a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxa de juros em 30 de junho de 2012 e efetuada a análise de cenários determinada na referida instrução.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

ii) *Taxas de câmbio*:

A exposição líquida as taxas de câmbio é regulado pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.490/07 e Circular nº 3.568/11. Tais normativos determinam como limite máximo para tais exposições 30% do patrimônio de referência.

Foram considerados os critérios de apuração da exposição determinados pelo Banco Central do Brasil e, atendendo os requisitos da Instrução CVM nº 475/08, foi efetuada a análise de cenários a partir da exposição líquida existente em 30 de junho de 2012.

iii) *Carteira de Não Negociação (Banking Book)*:

Refere-se a operações não classificadas na carteira de negociação advindas das linhas de negócios do Banco e seus eventuais instrumentos de proteção. A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Circular nº 3.365/07, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de "stress" cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as práticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 30 de junho de 2012 demonstravam uma exposição de R\$ 41.625, que considera o risco de taxa de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador.

Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

Notas Explicativas

6. Relações interfinanceiras

A composição do saldo da rubrica relações interfinanceiras em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, está assim demonstrada:

	Banco e Consolidado	
	2012	2011
Compulsório – depósito a vista	40.713	50.925
Repasse interfinanceiros	164.223	53.585
Compulsório - microfinanças	1.692	2.040
Outros	363	-
	206.991	106.550

7. Carteira de crédito, garantias prestadas e responsabilidades.

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias prestadas e responsabilidades, são demonstrados como segue:

	Banco e consolidado							
	Junho de 2012							Dezembro de 2011
	Setor privado							
	Intermediários				Pessoas	Setor		
	Financeiros	Indústria	Comércio	Serviços	Físicas	Público	Total	Total
<u>Operações de crédito</u>								
Empréstimos	19.516	802.400	984.463	906.804	74.409	-	2.787.592	2.514.350
Financiamentos – BNDES/Finame	-	1.137.045	673.983	387.448	21.771	-	2.220.247	2.080.527
Financiamentos à exportação	-	703.994	177.944	15.791	144.627	-	1.042.356	727.887
Repasse de captação externa	-	26.966	29.999	41.962	494	-	99.421	102.948
Financiamentos em moeda estrangeira	15.497	710.326	66.409	1.935	147	-	794.314	782.180
Financiamento com interveniência	198.304	-	-	-	-	-	198.304	256.350
Conta garantida	435	136.657	109.804	108.606	8.366	-	363.868	351.079
Aquisição de direitos creditórios (a)	154.845	-	-	-	-	-	154.845	298.147
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	28.296	32.599	505	7.753	-	69.153	109.445
Outros financiamentos	-	-	-	-	17.969	-	17.969	17.057
Subtotal - Operações de crédito	388.597	3.545.684	2.075.201	1.463.051	275.537	-	7.748.069	7.239.970
<u>Outros créditos</u>								
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas (b)	-	416.298	204.281	8.321	-	-	628.900	409.080
Títulos e créditos a receber	-	50.475	54.192	24.653	3.918	-	133.238	23.942
Outros	-	-	9.622	-	-	-	9.622	881
Subtotal - Outros créditos	-	466.773	268.095	32.974	3.918	-	771.760	433.903
Subtotal – Operações de crédito e outros créditos	388.597	4.012.457	2.343.296	1.496.025	279.454	-	8.519.829	7.673.873
<u>Garantias prestadas e responsabilidades</u>								
Fianças prestadas a clientes (c)	1.542.036	1.628.853	2.039.951	533.517	36.133	78.867	5.859.357	5.161.786
Créditos abertos para importação	-	2.722	19.994	-	-	-	22.716	17.600
Créditos de Exportação confirmados	230	-	-	-	-	-	230	1.509
Subtotal – Garantias prestadas e responsabilidades	1.542.266	1.631.575	2.059.945	533.517	36.133	78.867	5.882.303	5.180.895
Total – Junho de 2012	1.930.863	5.644.032	4.403.241	2.029.542	315.587	78.867	14.402.132	-
Total – Dezembro de 2011	1.900.701	5.151.264	4.188.897	1.263.260	274.348	76.298	-	12.854.768

Notas Explicativas

7. Carteira de crédito, garantias prestadas e responsabilidades-- Continuação

(a) Inclui saldo de R\$ 87.751 referente a créditos vinculados a operações adquiridas em cessão demonstradas em Outros créditos (nota 9.c).

(b) Saldo composto por adiantamento no valor de R\$ 610.484 (R\$ 400.026 em 2011), demonstrado como redutor de Outras Obrigações (nota 15.a) acrescido de R\$ 18.417 (R\$ 9.054 em 2011) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros Créditos (nota 9.a).

(c) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contra garantias e contabilizadas em contas de compensação. Não são esperadas perdas nessas operações.

Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

Banco e consolidado							
Junho de 2012							
A vencer						Vencidas a partir de 15 dias	Total
Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos		
Operações de crédito	919.666	1.207.960	1.280.527	1.447.338	2.260.341	35.208	7.748.069
Outros créditos	148.893	186.775	315.218	78.550	11.623	20.707	771.760
Subtotal – Operações de crédito e outros créditos	1.068.559	1.394.735	1.595.745	1.525.888	2.271.964	55.915	8.519.829
Garantias prestadas e responsabilidades	542.317	866.314	1.341.216	2.169.206	948.722	-	5.882.303
Total – Junho de 2012	1.610.876	2.261.049	2.936.961	3.695.094	3.220.686	55.915	14.402.132
Total – Dezembro de 2011	1.103.626	1.779.369	2.421.977	3.765.373	3.171.104	22.816	12.854.768

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2012 foram realizadas operações de cessões de créditos, sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836/01 do Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 4.211 (R\$ 36.563 em 31 de dezembro de 2011).

O efeito dessas operações no resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 153 (R\$ 66 no trimestre findo em 30 de junho de 2011).

A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

Banco e consolidado						
30 de junho de 2012			31 de dezembro de 2011			
Saldo	% sobre a carteira (1)	% sobre o patrimônio líquido	Saldo	% sobre a carteira (1)	% sobre o patrimônio líquido	
Principal devedor	451.192	3,13	28,82	432.017	3,36	28,81
10 maiores devedores	2.628.627	18,25	167,88	2.262.135	17,64	151,18
20 maiores devedores	3.902.233	27,09	249,22	3.436.227	26,73	229,14

(1) total da carteira incluindo garantias prestadas e responsabilidades

Notas Explicativas

8. Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, estão assim distribuídos:

Nível de risco	Nível de Provisionamento	Banco e consolidado			
		30 de junho de 2012			
		Total das operações			Provisão
		Curso normal	Atraso	Total	Res. 2682
AA	-	657.443	-	657.443	-
A	0,5%	3.254.055	-	3.254.055	16.270
B	1,0%	3.461.226	225	3.461.451	34.615
C	3,0%	926.818	5.879	932.697	27.981
D	10,0%	85.674	5.155	90.829	9.083
E	30,0%	13.020	254	13.274	3.982
F	50,0%	33.281	6.519	39.800	19.900
G	70,0%	5.705	21.886	27.591	19.313
H	100,0%	26.692	15.997	42.689	42.689
Total		8.463.914	55.915	8.519.829	173.833

Nível de risco	Nível de Provisionamento	Banco e consolidado			
		31 de dezembro de 2011			
		Total das operações			Provisão
		Curso normal	Atraso	Total	Res. 2682
AA	-	815.277	-	815.277	-
A	0,5%	2.886.922	-	2.886.922	14.435
B	1,0%	3.000.945	157	3.001.102	30.011
C	3,0%	785.309	3.123	788.432	23.653
D	10,0%	57.294	3.574	60.868	6.087
E	30,0%	65.886	2.340	68.226	20.468
F	50,0%	19.459	3.368	22.827	11.413
G	70,0%	8.661	1.886	10.547	7.383
H	100,0%	11.304	8.368	19.672	19.672
Total		7.651.057	22.816	7.673.873	133.122

Notas Explicativas

8. Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos-- Continuação

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011:

	Banco e consolidado		
	Junho de 2012		Junho de 2011
	Operações de crédito	Outros Créditos	Total
Saldos no início do trimestre	127.756	24.360	152.116
Constituição	20.492	7.569	28.061
Classificados como resultados de exercícios futuros	-	118	118
Créditos compensados como prejuízo	(5.581)	(881)	(6.462)
Saldos no final do trimestre	142.667	31.166	173.833

Em 30 de junho de 2012, o saldo de créditos renegociados é de R\$ 183.880 (R\$ 123.221 em 31 de dezembro de 2011) no Banco e consolidado, sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o trimestre findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 43.897 (R\$ 21.289 no trimestre findo em 31 de março de 2011).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no trimestre findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 594 (R\$ 1.031 no trimestre findo em 30 de junho de 2011).

9. Outros créditos

a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

	Banco e consolidado	
	Junho de 2012	Dezembro de 2011
Câmbio comprado a liquidar - CCL	746.361	465.308
Provisão sobre variação cambial de CCL	(790)	(702)
Direitos sobre vendas de câmbio	313.568	33.092
Adiantamentos recebidos	(6.909)	(6.486)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	18.417	9.054
Total	1.070.647	500.266

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

Notas Explicativas

9. Outros créditos--Continuação

c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	Banco		Consolidado	
	Junho de 2012	Dezembro de 2011	Junho de 2012	Dezembro de 2011
Créditos tributários (Nota 20)	116.261	80.427	116.280	80.448
Devedores por depósitos em garantia	64.498	49.658	72.507	57.564
Impostos e contribuições a compensar	19.614	40.991	20.418	42.698
Impostos e contribuições a recuperar	319	99	319	99
Títulos e créditos a receber	46.318	24.698	46.318	24.698
Valores a receber por venda de ações	3.537	3.382	3.537	3.382
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	87.751	-	87.751	-
Outros	6.914	9.030	6.949	9.067
Total	345.212	208.285	354.079	217.956

10. Investimentos

	ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	ABC BRASIL Administração e Participações Ltda.	Junho de 2012 Total	Junho de 2011 Total
Capital social	49.600	55.632		
Patrimônio líquido	68.559	65.374		
Resultado do trimestre	2.083	2.555		
Nº. de ações ordinárias possuídas	24.980.054	-		
Nº. de ações preferenciais possuídas	24.980.055	-		
Nº. de cotas possuídas	-	55.631.814		
% de participação	100,00	99,99		
Valor contábil	68.559	65.374	133.933	123.886
Equivalência patrimonial	2.083	2.555	4.638	2.619

11. Imobilizado, diferido e intangível

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil econômica dos bens.

Conforme Resolução nº 3.617 do Banco Central, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por benfeitorias em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados.

O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

12. Depósitos

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco					Consolidado		
	Junho de 2012					Dezembro de 2011	Junho de 2012	Dezembro de 2011
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total
Depósitos à vista	121.192	-	-	-	-	121.192	189.496	120.998
Depósitos interfinanceiros	-	84.463	890.335	178.851	9.655	1.163.304	919.010	1.163.304
Depósitos a prazo	-	652.576	1.494.089	246.988	-	2.393.653	2.207.520	2.393.653
Total – Junho de 2012	121.192	737.039	2.384.424	425.839	9.655	3.678.149	-	3.677.955
Total – Dezembro de 2011	189.496	1.079.246	1.590.898	436.356	20.030	-	3.316.026	-

13. Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento :

	Banco e Consolidado				
	Março 2012				Dezembro 2011
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Letras de crédito Imobiliário	124.591	44.582	572	169.745	78.340
Letras de crédito do agronegócio	529.672	474.369	4.584	1.008.625	809.305
Letras financeiras	-	43.750	652.034	695.784	43.985
Total – Junho de 2012	654.263	562.701	657.190	1.874.154	-
Total – Dezembro de 2011	474.340	386.880	70.410	-	931.630

Notas Explicativas

14. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e consolidado					Dezembro de 2011 Total
	Junho de 2012					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	
Obrigações por empréstimos:						
No exterior	669.299	1.239.704	6.133	-	1.915.136	1.420.813
Obrigações por repasses – Do País:						
BNDES	471.493	349.630	263.255	114.821	1.199.199	1.167.027
FINAME	76.616	221.422	507.754	257.978	1.063.770	968.251
Outras instituições	1.563	14.566	-	-	16.129	46.215
Total – Junho de 2012	1.218.971	1.825.322	777.142	372.799	4.194.234	-
Total – Dezembro de 2011	1.004.868	1.322.621	901.422	373.395	-	3.602.306

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos calculados até a data do balanço.

15. Outras obrigações

a) O saldo da carteira de câmbio está assim composto

	Banco e consolidado	
	Junho de 2012	Dezembro de 2011
Câmbio vendido a liquidar	334.272	33.304
Obrigações por compra de câmbio	687.524	431.090
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC)	(610.484)	(400.026)
Total	411.312	64.368

Notas Explicativas

15. Outras obrigações--Continuação

b) O saldo de obrigações fiscais e previdenciárias está assim composto

	Banco		Consolidado	
	Junho de 2012	Dezembro de 2011	Junho de 2012	Dezembro de 2011
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	36.913	104.979	39.570	110.483
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	297	286	592	570
Impostos e contribuições a recolher	101.719	105.581	106.942	110.810
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20)	46.047	27.177	46.051	27.177
Provisão para outros impostos diferidos	-	30	-	30
Provisão para riscos cíveis e fiscais (Nota 24)	4.966	6.466	5.015	6.515
Total	189.942	244.519	198.170	255.585

c) Dívidas subordinadas

O Banco captou recursos no País, mediante a emissão de Certificados de Depósitos Bancários Subordinados, atualizados por 106,5% da variação do CDI, com vencimento em 2013, sendo tais depósitos aprovados pelo Banco Central do Brasil como elegível em Nível II do patrimônio de referência – PR. Em 30 de junho de 2012 o saldo desta rubrica foi de R\$ 8.024 (R\$ 7.649 em 31 de dezembro de 2011).

Em 8 de abril de 2010, o Banco ABC BRASIL S.A. realizou captação de recursos mediante a emissão de Notas Subordinadas no exterior, no valor de US\$ 300 milhões, com vencimento em abril de 2020 e juros anuais de 7,875%, pagos semestralmente. Foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de abril de 2010 e nos termos da Resolução nº 3.444/07, os referidos instrumentos de dívida subordinada integrarão o Patrimônio de Referência – Nível II da companhia pelo valor do principal atualizado da dívida contratada. O saldo das obrigações com tal emissão em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é assim composto:

	Banco e Consolidado	
	Junho de 2012	Dezembro de 2011
Valor do principal líquido de juros e despesas de captação	598.430	554.878
Despesa de captação diferida (1)	(8.433)	(8.981)
Resultado do hedge accounting diferido	1.739	1.850
Juros provisionados	10.877	10.094
Subtotal	602.613	557.841
Ajuste a valor de mercado ("Hedge Accounting") – nota 2.II.d e 5.b	58.656	27.818
Total	661.269	585.659

(1) A despesa de captação está sendo apropriada pró-rata dia, de acordo com o prazo da operação.

Notas Explicativas

15. Outras obrigações--Continuação

c) Dívidas subordinadas--Continuação

Em abril de 2011, o Banco ABC BRASIL S.A. realizou captações de recursos mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação no valor de R\$ 15.406, sendo R\$ 10.000 com vencimento em 2021 e juros anuais de 8,6% e R\$ 5.406 com vencimento em 2017 e juros anuais de 9,1%. Em 29 de setembro de 2011, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 3.444/07, as referidas letras financeiras passam a integrar o Patrimônio de referência – Nível II da companhia. Em 30 de junho de 2012 o saldo é de R\$ 18.160 (R\$ 16.956 em 31 de dezembro de 2011).

d) O saldo de outras obrigações diversas está assim composto

	Banco		Consolidado	
	Junho de 2012	Dezembro de 2011	Junho de 2012	Dezembro de 2011
Provisão para pagamentos a efetuar	41.464	49.408	41.514	49.460
Credores diversos – País	3.695	3.707	3.695	3.707
Credores diversos – Exterior	-	1.876	-	1.876
Provisão para passivos contingentes	3.601	3.461	3.601	3.461
Valores a pagar	24	20	-	-
Total	48.784	58.472	48.810	58.504

16. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, nos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostas:

	Banco e consolidado	
	2012	2011
Rendas de garantias prestadas	26.020	22.587
Rendas de tarifas com operações de crédito	482	971
Rendas de cobrança	2.141	2.628
Rendas de tarifas bancárias	1.464	1.822
Rendas de comissões e colocação de títulos	1.990	2.819
Rendas de outros serviços	11	30
Total	32.108	30.857

Notas Explicativas

17. Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas, nos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Serviços de terceiros	1.217	1.290	1.142	1.230
Serviços do sistema financeiro	3.417	2.587	3.420	2.589
Aluguéis	2.171	2.035	2.171	2.035
Serviços técnicos especializados	2.263	2.779	2.274	2.791
Processamento de dados	1.800	1.409	1.800	1.409
Comunicações	890	764	906	776
Despesas de viagem	1.123	1.092	1.123	1.092
Depreciações e amortizações	1.472	1.253	1.472	1.276
Promoções e relações públicas	693	753	693	753
Publicações	202	57	202	57
Contribuições filantrópicas	785	744	785	744
Transportes	517	408	517	408
Manutenção e conservação de bens	304	194	304	194
Outras	2.811	1.545	2.815	1.582
Total	19.665	16.910	19.624	16.936

18. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais, nos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Juros e atualização monetária de ativos	2.194	1.257	2.242	1.321
Reversão de provisão	890	-	890	-
Recuperação de encargos e despesas	169	19	169	19
Variação cambial	38.695		38.695	
Outras	2.174	1.071	2.189	1.106
Total	44.122	2.347	44.185	2.446

Notas Explicativas

19. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais, nos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	
	2012	2011
Variação cambial	-	4.717
Constituição de provisões	-	430
Comissões vinculadas a operações	501	419
Desconto concedido	862	331
Outras despesas	125	918
Total	1.488	6.815

20. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são demonstradas a seguir:

	31/12/2011	Adições	Baixas	30/06/2012
<u>Créditos tributários</u>				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros	62.238	46.725	(32.595)	76.368
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	17.606	22.301	(3.118)	36.789
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	307	2.513	(132)	2.688
Ajuste ao valor de mercado-disponível para venda	276	317	(177)	416
	80.427	71.856	(36.022)	116.261
<u>Obrigações fiscais diferidas</u>				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros Derivativos	(22.657)	(20.245)	6.661	(36.241)
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(435)	(5.208)	52	(5.591)
Ajuste ao valor de mercado-disponível para venda	(493)	(793)	445	(841)
Ajuste decorrente do Regime transitório de tributação – RTT (1)	(3.592)	-	218	(3.374)
	(27.177)	(26.246)	7.376	(46.047)
Saldo líquido	53.250	45.610	(28.646)	70.214

(1) vide nota 2.II.i) sobre práticas contábeis.

A As demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos montantes apresentados no quadro anterior, (i) diferenças temporárias com provisões para créditos de liquidação duvidosa e outros no valor de R\$ 19 (R\$ 477 em 2011); (ii) obrigações fiscais diferidas com ajuste ao valor de mercado – disponível para venda no valor de R\$ 4, tendo sido constituído R\$ 4 no semestre.

Notas Explicativas

20. Imposto de renda e contribuição social

O saldo líquido dos créditos tributários e obrigações fiscais em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são demonstrados como segue:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Outros créditos - Diversos – Créditos tributários (Nota 9.c)	116.261	66.966	116.280	67.443
Outras obrigações – Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 17.b)	(46.047)	(21.295)	(46.051)	(21.295)
	70.214	45.671	70.229	46.148

A realização dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 30 de junho de 2012 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura é demonstrada como segue:

Semestre	Banco		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido
2012	36.128	(6.272)	29.856	29.852
2013	11.886	(3.960)	7.926	7.945
2014	32.004	(4.847)	27.157	27.157
2015	5.169	(1.645)	3.524	3.524
2016	4.172	(931)	3.241	3.241
2017 a 2020	26.902	(28.392)	(1.490)	(1.490)
Total	116.261	(46.047)	70.214	70.229
Valor presente - Selic	98.144	(34.733)	63.411	63.425

Notas Explicativas

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A apuração da despesa com imposto de renda e contribuição social para os trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é demonstrada a seguir:

	Banco		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	131.664	168.703	134.322	171.592
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	52.666	67.481	55.347	70.394
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	17.172	7.942	17.172	7.908
Receitas/despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	(12.602)	3.484	(14.451)	1.494
Resultados de participações societárias	(1.850)	(1.989)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(17.793)	(16.134)	(17.793)	(16.134)
Efeito Anistia Lei nº 11.941/09	-	(201)	-	(201)
Outros valores	(681)	(874)	(705)	(931)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	36.912	59.709	39.570	62.530
Efeito do imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	34
<u>Impostos e contribuições diferidos</u>				
Passivos fiscais constituídos no semestre	25.453	12.177	25.453	12.177
Passivos fiscais realizados no semestre	(6.932)	(13.537)	(6.932)	(13.537)
Créditos tributários constituídos no semestre	(71.539)	(39.418)	(71.539)	(39.418)
Créditos tributários realizados no semestre	35.846	32.836	35.846	32.870
Total dos impostos e contribuições diferidos	(17.172)	(7.942)	(17.172)	(7.908)
Ajuste de exercícios anteriores	-	31	-	31
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	19.740	51.798	22.398	54.687

21. Partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. No trimestre findo em 30 de junho de 2012, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Notas Explicativas**21. Partes relacionadas--Continuação****a) Empresas controladas e ligadas--Continuação**

Operações / Partes relacionadas	Grau de relação	Prazos até	Junho de 2012	
			Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) 2º Trim.
Depósitos à vista				
- ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda.	Controlada	S/ Vencdo.	(95)	-
- ABC BRASIL Distr. Tits. e Vals. Mobiliários S.A.	Controlada	S/ Vencdo.	(98)	-
- Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	S/ Vencdo.	(1.972)	-
			(2.165)	-
Depósitos a prazo				
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	17/07/2012	(911)	(2)
Obrigações por empréstimos				
- Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	28/05/2013	(314.092)	(1.554)
Dividendos e juros sobre o capital				
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	09/08/2012	(26.018)	-
Outras obrigações				
- ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda. - Prestação de serviços	Controlada	08/07/2012	(24)	(75)

b) Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício de 2012, O Banco definiu um novo Plano de Remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921, de 25.11.2010, do Conselho Monetário Nacional.

O novo Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco ABC à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921.

Notas Explicativas

21. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração do pessoal chave da administração--Continuação

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a Remuneração Variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a Remuneração Variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma "Diferida" observando que o número de Ações a serem atribuídas aos Administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à Remuneração Variável Diferida, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte, pelo preço unitário das Ações.

A entrega das Ações referentes à Remuneração Variáveis Diferidas atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

Notas Explicativas

21. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração do pessoal chave da administração--Continuação

Comitê de Remuneração:

O Banco contará, ainda, com um Comitê de Remuneração, constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012 que será responsável por (i) propôr ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921, de 25 de novembro de 2010.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o trimestre findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 9.950 (R\$ 13.815 no trimestre findo em 30 de junho de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo.

Notas Explicativas

22. Dependência no exterior

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são demonstrados como segue:

	Junho de 2012		Dezembro de 2011	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Ativos				
Disponibilidades	2.528	5.110	2.609	4.894
Aplicações interfinanceiras de liquidez	124.627	251.909	54.453	102.143
TVM e instrumentos financeiros derivativos	63.517	128.387	60.153	112.835
Operações de crédito – Líquido	541.476	1.094.485	496.388	931.125
Outros créditos e valores e bens	10.736	21.701	4.957	9.298
Total	742.884	1.501.592	618.560	1.160.295
Passivos				
Depósitos à vista	1.100	2.223	1.021	1.915
Depósitos a prazo	115.282	233.020	85.844	161.026
Obrigações por empréstimos no exterior	619.740	1.252.680	526.736	988.051
Instrumentos financeiros derivativos	35.825	72.413	38.421	72.070
Outras obrigações	95	192	96	180
Total	772.042	1.560.528	652.118	1.223.242

Aumento de capital na dependência no exterior.

Conforme reunião do conselho de administração realizada em 08 de setembro de 2011, foi deliberada a autorização para aumentar o capital social destacado da agência da Companhia localizada nas Ilhas Cayman no valor total de US\$ 100.000 (Cem milhões de dólares dos Estados Unidos). Este aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 12 de março de 2012 e efetivado em 10 de abril de 2012.

23. Participações nos lucros

A provisão para participação nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC BRASIL S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

Notas Explicativas

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

Programa de Anistia – Receita Federal do Brasil (RFB)

Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a desistência de diversos processos movidos pelo Banco. Os principais processos que fizeram parte do programa de anistia foram: i) Compensação de créditos adquiridos de terceiros com outros tributos, ii) Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”) sobre receitas financeiras – Lei nº 9.718/98, iii) Contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) – alíquota de 8%, iv) Programa de integração social (“PIS”), v) IRPJ – Prejuízo fiscal inexistente e vi) Contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) – Empresa não empregadora.

Os valores a pagar referentes aos processos que fizeram parte do programa de anistia encontram-se provisionados e aguardamos posicionamento da Receita Federal para que seja efetuada a liquidação financeira dos mesmos.

Detalhamos a seguir as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas possíveis:

IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira

Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC BRASIL Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª instância é favorável ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 8.649, cuja chance de perda é considerada possível.

Notas Explicativas

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias--Continuação

Imposto sobre operações financeiras ("IOF")

Em 1994, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de sujeitar-se ao pagamento de IOF sobre o contravalor em cruzeiros, da moeda estrangeira ingressada e destinada a empréstimo, para recolhimento em 48 horas após a liquidação dos contratos de câmbio. Atualmente as decisões em 1ª e 2ª instâncias são desfavoráveis ao Banco, sendo que aguardamos pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito de novo recurso.

O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R\$ 8.943, cuja perda é considerada possível.

Imposto sobre serviços ("ISS")

Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2011. Tais valores correspondem a R\$ 16.011 e a perda é considerada possível.

Programa de Integração Social ("PIS")

Afastar a exigência da contribuição para o PIS calculado com base nas Emendas Constitucionais nº 10/96, durante o período em que foi recolhida com base na LC 7/70. A exigibilidade do crédito tributário encontra-se suspensa por força de decisão favorável em 2ª instância, que confirmou a sentença concessiva da segurança. Atualmente as teses discutidas no caso referem-se a incidência dos princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade. O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R\$ 2.291, cuja perda é considerada possível.

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos à título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 à 2008 no valor de R\$ 30.278, cuja perda é considerada possível.

Notas Explicativas**24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias—Continuação***Compensações não homologadas*

Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no art.63 da Lei 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R\$2.632, cuja perda é considerada possível.

Trabalhistas

Em 30 de junho de 2012, o Banco era parte do polo passivo em 30 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R\$ 3.601. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações.

Cíveis

Em 30 de junho de 2012, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, figurando como autores ou réus perfazendo um valor total de R\$ 23.749. Resumimos a seguir as principais ações em que o Banco e suas controladas figuram como réu e são consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis:

- a) ação visando o pagamento de diferenças de preço de venda de títulos oferecidos para liquidação de empréstimos, cujo valor em discussão é de R\$ 8.209, sendo que até o momento a decisão é favorável ao Banco em 1ª instância;
- b) ação envolvendo pedido de anulação de lançamento a débito realizado na conta corrente de empresa avalista em operação de crédito, cujo valor da contingência monta a importância de R\$ 12.870 e a chance de perda é considerada possível.

Movimentação das provisões constituídas

	Banco			Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
No início do trimestre	4.491	4.736	230	4.491	4.785	230
Constituição	160	-	-	160	-	-
Reversão	(55)	-	-	(55)	-	-
Baixa	(995)	-	-	(995)	-	-
No final do trimestre	3.601	4.736	230	3.601	4.785	230

Notas Explicativas

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por 135.644.240 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 67.822.120 ações ordinárias e 67.822.120 ações preferenciais.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, foram deliberada pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
29/06/2012	44.174	17.670
Total – 2012	44.174	17.670
31/03/2011	18.823	7.529
30/06/2011	20.168	8.067
Total – 2011	38.991	15.596

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

c) Proposta para aumento de capital

Em 29 de junho de 2012, o Conselho de Administração deliberou sobre proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 44.174, que representa um valor bruto de R\$ 0,33 por cada ação ordinária e cada ação preferencial deliberando também sobre aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 37.500 correspondente a emissão de até 4.768.160 novas ações nominativas, sendo 2.415.828 ações ordinárias e 2.352.332 ações preferenciais, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora distribuídos ou em moeda corrente nacional.

O preço de emissão por ação (ordinária e preferencial) será de R\$ 7,864668, fixado com base na média ponderada das cotações das ações preferenciais no mercado nos últimos 10 pregões, com aplicação de deságio de 20 %. A utilização da cotação de mercado das ações preferenciais como critério para determinação

Notas Explicativas

25. Patrimônio líquido- Continuação

do preço de emissão tanto de ações preferenciais quanto das ações ordinárias decorre do fato das ações ordinárias não possuírem liquidez.

Cada acionista poderá subscrever 3,562006% sobre a posição acionária que possuir, na respectiva classe (ordinária e preferencial), em 02 de julho de 2012 e poderão exercer seu direito de preferência na subscrição de ações ordinárias e/ou preferenciais, conforme o caso, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que as negociações com ações realizadas a partir de 03 de julho de 2012 serão consideradas sem direito ao referido direito de preferência, ou seja, serão negociadas ex-subscrição.

Transcorrido o prazo de subscrições e havendo eventuais sobras, essas serão rateadas entre os acionistas que houverem manifestado no boletim de subscrição intenção de participar das mesmas, proporcionalmente às respectivas subscrições no aumento de capital. O período adicional para subscrição de sobras compreenderá o intervalo de 07 de agosto de 2012 a 13 de agosto de 2012. Havendo sobras após o rateio encerrado dia 13 de agosto de 2012, essas sobras serão vendidas em Bolsa, em benefício da Companhia.

Considerando que os acionistas poderão utilizar o crédito do JCP para subscrição de novas ações, o pagamento do JCP deliberado ocorrerá após o término do prazo para subscrição, dia 09 de agosto de 2012.

Caso a subscrição alcance o limite mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor total do aumento, o mesmo poderá ser homologado em nova reunião do Conselho de Administração. Nessa hipótese as ações não subscritas (após o leilão em bolsa) serão canceladas.

d) Destinação dos lucros

i) Reserva de lucros - equalização de dividendos

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

ii) Reserva de Lucros – recompra de ações

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

iii) Destinação dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2011

Em 30 de abril de 2012, a Assembleia de Acionistas aprovou proposta do Conselho de Administração sobre destinação dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2011, mantendo o valor total proposto para retenção de lucros (reserva legal e reserva de equalização de dividendos) e destinando R\$ 11.802 para Reserva Legal de lucros, R\$ 143.680 para Reservas de Lucros – Equalização de Dividendos.

Notas Explicativas

25. Patrimônio líquido- Continuação

e) Ações em tesouraria

Em 09 de setembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, autorizar a Companhia a adquirir até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 3.803.483 ações preferenciais de emissão própria, com o objetivo principal de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia. A aquisição das ações terá por finalidade a permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o artigo 19, alínea "m", do Estatuto Social e Instrução CVM nº 10/80, alterada pelas Instruções CVM nº 268/97 e nº 390/03.

Em 30 de junho de 2012 o valor total das ações em tesouraria é de R\$ 12.597 (R\$ 10.997 em 31 de dezembro de 2011).

26. Limite operacional – Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2012 é de 14,21% (15,62% em 31 de dezembro de 2011). O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido – PRE pela nova forma de cálculo:

	Junho de 2012	Dezembro de 2011
Risco de crédito	1.594.386	1.378.787
Taxa de juros	14.282	8.272
Commodities	6.202	2.445
Risco operacional	72.540	69.960
Ações	339	274
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	1.687.749	1.459.738
Patrimônio de Referência – PR	2.180.777	2.072.475
Excesso de patrimônio em relação ao limite	493.028	612.737

27. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo. O total de ativos mitigados pôr acordo de compensação em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 426.854 (R\$ 377.985 em 2011).

Notas Explicativas

28. Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre BRGAAP e IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e o IFRS, para os Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011.

		2012	2011
Patrimônio líquido em BRGAAP		1.565.771	1.424.244
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a	50.933	35.138
Patrimônio líquido em IFRS		1.616.704	1.459.382
		2012	2011
Lucro líquido em BRGAAP		111.924	116.905
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a	10.923	(2.746)
Variação cambial sobre investimento no exterior	b	(1.463)	-
Lucro líquido em IFRS		121.384	114.159

a) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BR GAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão.

b) Variação cambial sobre investimento no exterior

Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 "Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio", os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas do

Banco ABC BRASIL S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), elaboradas de forma individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparados sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar para fins de IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de julho de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP 015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC-1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

- a) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012;
- b) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. quanto às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012.

São Paulo, 30 de julho de 2012.

Anis Chacur Neto
Diretor Presidente

Gustavo Arantes Lanhoso
Diretor Vice-Presidente

José Eduardo Cintra Laloni
Diretor Vice-Presidente

Renato Pasqualin Sobrinho
Diretor Vice-Presidente

Sérgio Lulia Jacob
Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Ricardo Borejo
Diretor Vice-Presidente

Diretores
Alexandre Yoshiaki Sinzato
Antonio José Nicolini
Bibiana Veronez
Carlos Alfredo de Melo
Carlos Eduardo Chamma Lutfalla
Claudio Roberto Frizão Rey
Dieter Klemz
Hugo Botelho Bittencourt
João Carlos Benites Freneda
João Carlos Gonçalves da Silva
João Francisco Martins Filho
José Álvaro Corbet Guimarães
Lilian Gordon
Luiz Antonio de Assumpção Neto
Luiz Augusto Galvão Monteiro
Luiz Carlos Daniel Cadó
Marcelo Yazeji Cardoso
Marcio Calil de Assumpção
Maria Bernadete de Paula Leite Moraes
Paulo Corrêa de Moraes Junior
Paulo Romagnoli
Ricardo Penteado Camargo Ticoulat
Roberto Archanjo Carramaschi
Waldecir dos Santos Junior
Wandir Pereira Reis

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

- a) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012;
- b) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. quanto às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012.

São Paulo, 30 de julho de 2012.

Anis Chacur Neto
Diretor Presidente

Gustavo Arantes Lanhoso
Diretor Vice-Presidente

José Eduardo Cintra Laloni
Diretor Vice-Presidente

Renato Pasqualin Sobrinho
Diretor Vice-Presidente

Sérgio Lulia Jacob
Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Ricardo Borejo
Diretor Vice-Presidente

Diretores
Alexandre Yoshiaki Sinzato
Antonio José Nicolini
Bibiana Veronez
Carlos Alfredo de Melo
Carlos Eduardo Chamma Lutfalla
Claudio Roberto Frizão Rey
Dieter Klemz
Hugo Botelho Bittencourt
João Carlos Benites Freneda
João Carlos Gonçalves da Silva
João Francisco Martins Filho
José Álvaro Corbet Guimarães
Lilian Gordon
Luiz Antonio de Assumpção Neto
Luiz Augusto Galvão Monteiro
Luiz Carlos Daniel Cadó
Marcelo Yazeji Cardoso
Marcio Calil de Assumpção
Maria Bernadete de Paula Leite Moraes
Paulo Corrêa de Moraes Junior
Paulo Romagnoli
Ricardo Penteado Camargo Ticoulat
Roberto Archanjo Carramaschi
Waldecir dos Santos Junior
Wandir Pereira Reis